

FINANÇAS PÚBLICAS

2021/2022 (1.º Semestre – Turma B)

Regentes: Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira

Professor Doutor Guilherme W. d'Oliveira Martins

INTRODUÇÃO

1. Noções gerais de Finanças Públicas – instrumentos e formas de actuação
2. Notas sobre a história do ensino das Finanças Públicas
3. As Finanças Públicas ao serviço da comunidade
4. As Finanças Públicas e a economia: uma introdução genérica
5. Os bens públicos no centro das Finanças Públicas
6. Bens públicos nacionais e bens públicos globais
7. A pandemia de COVID-19. Influência sobre o debate sobre a economia pública
8. A cooperação internacional e a COVID-19
9. A disciplina jurídica das Finanças Públicas
10. A contribuição de outras disciplinas para as Finanças Públicas

PARTE I

ORÇAMENTO, CONTROLO FINANCEIRO

E TRIBUNAL DE CONTAS

CAPÍTULO I – O ORÇAMENTO

1. Aspectos gerais

2. Conceito de Orçamento
3. A natureza jurídica do Orçamento
4. A natureza política e económica do Orçamento
5. O equilíbrio de poderes
6. Dinâmica Orçamental – da apresentação à aprovação do Orçamento
7. Os intervenientes no processo orçamental
8. Regras e princípios fundamentais do Orçamento
 - 8.1. Plenitude orçamental: unidade e universalidade
 - 8.2. Anualidade (e plurianualidade)
 - 8.3. Equilíbrio orçamental
 - 8.4. Discriminação orçamental: não-compensação, não-consignação e especificação
9. Novos princípios orçamentais
 - 9.1. Economia, eficiência e eficácia
 - 9.2. Sustentabilidade
 - 9.3. Solidariedade recíproca
 - 9.4. Equidade intergeracional
 - 9.5. Transparência orçamental
 - 9.6. Estabilidade orçamental
10. O Orçamento do Estado e outros orçamentos

CAPÍTULO II – O CONTROLO DOS DINHEIROS PÚBLICOS E A SUA EVOLUÇÃO

1. Generalidades
2. Controlo interno e controlo externo
3. Controlo político

4. As novas formas de controlo e a auditorias em especial

CAPÍTULO III – O TRIBUNAL DE CONTAS

1. Generalidades
2. A Constituição de 1976 e o Tribunal de Contas
3. A evolução posterior do Tribunal de Contas – importância do controlo *a posteriori*
6. O Tribunal de Contas na actualidade e perspectivas de evolução
7. O Tribunal de Contas e a Assembleia da República: o Parecer sobre a Conta Geral do Estado e outras formas de colaboração
8. As várias formas de controlo do Tribunal de Contas, nomeadamente a responsabilidade financeira
9. A colaboração do Tribunal de Contas com entidades públicas e privadas

PARTE II

DO FINANCIAMENTO DO ESTADO

CAPÍTULO I – FISCALIDADE

1. «Com os impostos pagamos civilização»
2. O imposto: um instrumento de liberdade
3. A longa história dos impostos
4. Breves notas sobre a evolução histórica dos impostos em Portugal
5. Rendimento, património ou consumo?
 - 5.1. Tributação do rendimento
 - 5.2. Tributação do património

- 5.3. Tributação do consumo
- 6. Classificação dos impostos
- 7. Sistema fiscal português (uma breve perspectiva histórica)
 - 7.1. O sistema fiscal e o 25 de Abril
- 8. Breve apresentação do sistema fiscal português
- 9. Receitas tributárias
 - 9.1 Impostos, Receitas tributárias por excelência
 - 9.2. Taxas
 - 9.3. Contribuições especiais
 - 9.4. Impostos e taxas
- 10. O Sistema Fiscal Ideal?
- 11. Rendimento fiscal
- 13. Benefícios fiscais
- 11. Justiça fiscal
- 12. Legalidade fiscal
- 13. Capacidade contributiva
- 14. Eficiência
- 16. Novos Problemas, Novas Soluções
- 17. A evasão fiscal
 - 17.1. As térmitas fiscais
- 18. União Europeia e regras fiscais
- 19. Combate à evasão fiscal
- 20. A «Tobin Tax»
- 21. A evolução da tributação da economia digital

22. A evolução recente da fiscalidade internacional

23. Arbitragem tributária

CAPÍTULO II – DÍVIDA PÚBLICA, RIQUEZA PRIVADA

1. Introdução

2. Conceito e modelos de dívida pública

3. Entre a dívida e o diabo

5. Como escapar ao Inferno e receber juros

7. As concepções optimistas sobre o recurso à dívida pública

8. A teoria clássica sobre a dívida pública

9. A revisão do pensamento financeiro clássico

10. A reabilitação da teoria clássica

11. A dívida pública portuguesa

11.1. Perspectiva histórica

11.2. A crise da dívida no final da Monarquia

11.3. A dívida e a Primeira República

11.4. Em busca do aval da Sociedade das Nações

11.5. Política e Finanças Públicas: o Estado Novo

11.6. A Revolução de Abril: as grandes esperanças

11.7. O regresso à dívida externa

11.8. Os mercados financeiros e a dívida pública portuguesa

12. Gestão da Dívida Pública

12.1. Da Junta do Crédito Público ao Instituto de Gestão

do Crédito Público

12.2. Do Instituto de Gestão do Crédito Público à Agência

da Tesouraria e da Dívida Pública – o reforço

da tecnocracia

13. O novo regime geral de emissão e gestão da dívida pública

14. Modalidades de dívida

15. A dívida financeira do Estado

16. Os mercados secundários de dívida pública

17. As agências de rating

18. A sustentabilidade da dívida

CAPÍTULO III – DESPESAS PÚBLICAS

1. Uma nótnula sobre as despesas públicas

PARTE III

FEDERALISMO FINANCEIRO

CAPÍTULO I – A TEORIA E A PRÁTICA DO FEDERALISMO FINANCEIRO

1. Definição do espaço ideal da decisão financeira
2. Centralismo vs. descentralização
3. Modelos de federalismo financeiro
4. Evolução recente do federalismo financeiro
5. O federalismo financeiro em Portugal

CAPÍTULO II – FINANÇAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS

1. A autonomia regional: evolução histórica e enquadramento geral

2. Autonomia financeira

2.1. Uma autonomia com limites

2.2. As receitas regionais

2.3. Dívida pública das Regiões Autónomas

2.4. Receitas derivadas

3. Os acordos extraordinários

4. Património das Regiões Autónomas

CAPÍTULO III – FINANÇAS LOCAIS

1. Aspectos gerais

2. Em busca das regiões adiadas

3. Organizações de moradores: o que resta da Revolução?

4. Os municípios e a longa luta pela sua afirmação

5. O Orçamento Municipal – princípios e regras orçamentais

6. Os empréstimos municipais

7. O sector empresarial local

8. A transferência e delegação de competências para as autarquias

locais e para as entidades intermunicipais

9. Juntas de Freguesia: os parentes pobres

PARTE IV

OS DESAFIOS ACTUAIS DAS FINANÇAS PÚBLICAS

1. As sucessivas crises do século XX e as respostas públicas
2. A crise do *subprime*
3. A crise das dívidas soberanas e a austeridade
4. A pandemia COVID
5. A guerra da Ucrânia
6. A actuação da União Europeia e dos organismos financeiros internacionais.
7. A desigualdade económica e as questões de emigração
8. Um breve olhar sobre a segurança social.

BIBLIOGRAFIA

1. Básica

FERREIRA, Eduardo Paz, *Como Salvar um Mundo Doente*, Almedina, Coimbra, 2021.

FERREIRA, Eduardo Paz, *Ensaio de Finanças Públicas*, Almedina, Coimbra, 2020 (no prelo).

FERREIRA, Eduardo Paz, *Ensinar Finanças Públicas numa Faculdade de Direito*, Almedina, Coimbra, 2005.

CABRAL, Nazaré da Costa e MARTINS, Guilherme Waldemar d'Oliveira, *Finanças Públicas e Direito Financeiro – Noções Fundamentais*, AAFDL, Lisboa, 2016 (reimp.).

CATARINO, João Ricardo, *Finanças públicas e direito financeiro*, 5ª edição, Almedina, Coimbra, 2019.

FRANCO, António de Sousa, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, 4ª edição, Almedina, Lisboa, 2015 (reimp.).

MARTINS, Maria d'Oliveira, *Lições de Finanças Públicas e Direito Financeiro*, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2012.

PEREIRA, Paulo Trigo e NUNES, Francisco, *Economia e Finanças Públicas: da teoria à prática*, 5ª ed., Almedina, 2016.

2. Complementar

MORENO, Carlos, *Finanças Públicas. Gestão e controlo dos dinheiros públicos*, Ed. UAL, Lisboa, 2006.

PEREIRA, Paulo Trigo, AFONSO, António, ARCANJO, Manuela, SANTOS, José Carlos Gomes, *Economia e Finanças Públicas*, Escolar Editora, Lisboa, 2005.

RIBEIRO, José Joaquim Teixeira, *Lições de Finanças Públicas*, 5ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 1995.

ROCHA, Joaquim Freitas da, *Direito da Despesa Pública*, Almedina, Coimbra, 2019.

TAVARES, José F. F., *Estudos de administração e finanças públicas*, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2014.

TEIXEIRA, António Braz, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, AAFDL, Lisboa, 1992.

Nota: A bibliografia sobre capítulos específicos do Programa será indicada ao longo do semestre.

I. LEGISLAÇÃO FUNDAMENTAL (recomenda-se a consulta das versões actualizadas)

- Leis de Enquadramento Orçamental - Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro; Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto;
- Lei Geral Tributária- Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro;
- Lei de Bases da Contabilidade Pública - Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro;
- Regime da Administração Financeira do Estado - Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
- Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso - Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
- Regime das Garantias Pessoais do Estado (Regime jurídico da concessão de garantias pessoais pelo Estado ou por outras pessoas colectivas de direito público) - Lei n.º 112/97, de 16 de Setembro;
- Regime geral de Emissão e Gestão da Dívida Pública (Lei-quadro da dívida pública) - Lei n.º 7/98, de 3 de Fevereiro;
- Estatutos da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E - Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de Agosto;
- Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas - Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto;
- Estatuto do Conselho das Finanças Públicas - Lei n.º 54/2011, de 19 de Outubro;
- Pacto de Estabilidade e Crescimento (Versões de 1997, 2005 e 2011);
- «Six Pack» (5 Regulamentos e 1 Diretiva);
- Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação da União Económica e Monetária (Tratado Orçamental);
- «Two Pack» (2 Regulamentos)
- Lei n.º 26/2002, 14 de fevereiro – classificador económico das despesas e das receita
- Lei 171/94, de 24 de junho – classificador funcional das despesa
- Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais da União Europeia (SEC 2010)
- Regulamento (EU) n.º 549/2013, de 21 de maio (este último porque a lei de enquadramento faz referência a ele)